



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro - Butiá
Tel.: 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

LEI Nº 3.622/2021

Dispõe sobre o "Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades", e dá outras providências.

DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades - CMDPDAH, órgão colegiado de assessoramento, deliberativo, controlador das ações, de caráter permanente, paritário e consultivo em todos os níveis das políticas públicas no âmbito municipal, vinculado à Secretaria Especial de Cidadania.

Parágrafo único. A Secretaria Especial de Cidadania deverá, dentro das suas condições, dar suporte quanto à estrutura física e funcional do Conselho.

Art. 2º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades e das normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 3º - O entendimento dos Direitos das Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades no Município de Butiá, será feito através de Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esporte, Cultura, Profissionalização, **Inclusão Social** e outros, assegurando-lhes em todas elas, o tratamento com dignidade e respeito à liberdade, à convivência familiar e comunitária conforme preconiza a convenção da ONU.

Art. 4º - Para efeitos desta Lei, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Art. 5º - A política de atendimento dos Direitos das Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades, será garantida através dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades - CMDPDAH;
- II - Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades -FMDPDAH.
- III – Comitê Gestor Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades

Art. 6º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades - CMDPDAH:

- I - elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades e propor as providências necessárias a sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro - Butiá
Tel.: 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

- II - zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades;
- III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais da acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras relativas à das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades;
- IV - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão de Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades;
- V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades;
- VI - propor a elaboração de pesquisa e estudos que visem à melhoria da qualidade de vida das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades;
- VII - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades;
- VIII - manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;
- IX - avaliar anualmente o desenvolvimento da política municipal de atendimento especializado às Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades de acordo com legislação em vigor, visando à sua plena adequação;
- X - convocar assembleia de escolha de representantes das sociedades civis, quando houver vacância no lugar de conselheiro titular e suplente, ou no final do mandato, dirigindo os trabalhos eleitorais;
- XI - solicitar aos órgãos municipais, a indicação dos membros, titular e suplentes, em caso de vacância ou término do mandato;
- XII - eleger o Presidente, o Vice Presidente e o Secretário dentre seus membros;
- XIII - elaborar seu Regimento Interno;
- XIV - desenvolver outras atividades correlatadas.

Art. 7º - O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades - CMDPDAH, realizará, sob sua coordenação um Conferência Municipal, coincidindo com a Conferência Estadual ou por deliberação da plenária, para avaliar e propor atividades políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo sua ampla divulgação.

Art. 8º - O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades - CMDPDAH, será composto por **12 (doze)** membros titulares e **12 (doze)** membros suplentes, sendo:

- I – Seis (6) membros, representando o Poder Público, indicado pelos seguintes órgãos:
 - Secretaria Especial de Cidadania;
 - Secretaria Municipal de Educação;
 - Secretaria Municipal de Saúde;
 - Secretaria Municipal de Obras;
 - Secretaria Municipal de Assistência Social;



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro - Butiá
Tel.: 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

- Representante dos Estudantes da Escola Estadual.

II - Seis (6) membros, representantes da sociedade civil, indicados 15 (quinze) dias úteis, antes da realização da eleição para escolha da Mesa Diretora.

§ 1º - os representantes dos órgãos municipais serão indicados pelos respectivos órgãos.

§ 2º - os representantes das entidades civis, devidamente constituídas, serão escolhidos em conferência própria, convocada pela Secretaria Especial de Cidadania.

Art. 9º - Para cada conselheiro titular será indicado, simultaneamente, um conselheiro suplente, observando os mesmos procedimentos e exigências.

§ 1º - O mandato é de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única recondução subsequente.

§ 2º - A função do membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerado.

§ 3º - A nomeação e a posse dos conselheiros serão feitas mediante decreto do Prefeito Municipal.

Art. 10 - Perderá o mandato o conselheiro que:

- I - desvincular-se do órgão de origem de sua representação;
- II - faltar a três (3) reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no regimento Interno;
- III - apresentar renúncia ao conselho;
- IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V - for condenado por sentença irreversível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Art. 11 - O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades – CMDPDAH, terá um servidor, cedido pelo Município.

Art. 12 - O regimento Interno do Conselho será elaborado por seus membros no prazo de até 60 dias após sua instalação e aprovado pelo Prefeito Municipal, mediante decreto.

Parágrafo único. A organização e o funcionamento do Conselho serão disciplinados no Regimento Interno.

Art. 13 - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades - FMDPDAH, como captador e ampliador dos recursos a serem utilizados segundo deliberações do Conselho, ao qual o órgão é vinculado.



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro - Butiá

Tel.: 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

Art. 14 - Compete ao Fundo:

- I - gerir os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos, em benefício das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades, pelo Estado ou pela União;
- II - gerir os recursos captados pelo Município, através de convênios, ou por doações ao Fundo;
- III - liberar os recursos a serem aplicados em benefício das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades, nos termos da resolução do Conselho;
- IV - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades, segundo resoluções do Conselho;
- V - gerir os recursos do Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades;
- VI - desenvolver outras atividades correlatas.

Art. 15 - O Fundo será regulamentado por resolução expedida pelo Conselho.

Art. 16 - Para executar os serviços técnicos de contabilidade, o Conselho poderá contar com serviços municipais.

Art. 17 - Fica o Poder Público municipal autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas iniciais, decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 18 - Fica criado o Comitê Gestor Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades

Art. 19 - O Comitê Gestor Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades tem como principal tarefa a implantação e implementação de políticas públicas para pessoas com deficiência no ponto de vista operacional, tendo como objetivo promover a articulação dos órgãos e entidades envolvidos na implementação das ações relacionadas à inclusão das pessoas com deficiência, assim como de realizar o monitoramento e avaliação dessas ações no âmbito do poder executivo.

Art. 20 - Fica alterada a Lei Municipal nº 3018/2015.

Art. 21 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 05 de agosto de 2021.


DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 05 de agosto de 2021.


EDILSON NUNES FRANCISCO
Secretário Municipal de Administração